

## REPÚBLICA, TRABALHO E EDUCAÇÃO – A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO JOÃO PINHEIRO 1909/1934, 2001<sup>17</sup>

*Julio César Gonçalves*

**U**MA experiência pioneira no atendimento escolar dado pelo Estado às crianças pobres, desenvolvida pelo Instituto João Pinheiro, em Belo Horizonte, no início do século XX, deu ao autor a oportunidade de ratificar, a partir de um caso particular, aquilo que já se sabia: ao ser implantada a República no Brasil, foi dada ênfase à necessidade de formação de um novo cidadão com base na educação no (e para o) trabalho. A historiografia brasileira é razoavelmente rica em obras que abordam a questão com estudos sobre o sistema educacional durante a Primeira República.

Contudo, longe de óbvia, a abordagem dada pelo autor, professor do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, é enriquecedora. Primeiro por mostrar, com base em farta documentação, que cobre quase três décadas da história do instituto, que essa ação disciplinadora na prática não se deu em direção única, ou seja, apenas sob a ótica da burguesia que a engendrou. Foi preciso aceitar e assimilar, também, experiências de vida, visão do mundo e aspirações da clientela. No processo de formação das classes sociais mineiras, portanto, significou tanto um momento de formação da burguesia, como também da classe trabalhadora.

Além disso, o trabalho desse professor mineiro pode servir como ponto de partida para pesquisas sobre as fontes inspiradoras das políticas que o Estado adota ao lidar com a questão dos “menores de rua”. Nesta época em que muito se discute as políticas

---

<sup>17</sup> FARIA FILHO, Luciano M. República, trabalho e educação – a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934, 2001. Ed. São Francisco, 2001. 174p.

de inclusão social, conhecer os primórdios da formação do “cidadão republicano” pode revelar a maneira como os mais pobres – notadamente os negros, os órfãos e os abandonados – foram e são preparados para o exercício da cidadania e o convívio social em um sistema político que nasceu apregoando liberdade, igualdade, fraternidade e justiça para todos e em nome desses valores alçou os miseráveis à condição de “cidadãos livres e iguais”. Embora não seja esse o foco de sua abordagem, portanto, Luciano Mendes de Faria Filho acaba lançando luz sobre um tema bastante atual e que, salvo maior engano, está por merecer estudos mais aprofundados.

A primeira virtude do livro, contudo, é mostrar aos iniciantes no assunto as vicissitudes da pesquisa científica. Ao relatar, na introdução da obra, os caminhos que o conduziram ao seu objeto de estudo, Faria Filho revela que inicialmente suas atenções estavam voltadas para os problemas relativos à educação das classes populares mineiras no início do período republicano. Estava em busca de material que o remetesse ou aos primórdios da Legislação mineira sobre a proteção aos menores e adolescentes, ou a um exemplo concreto de trabalhos com crianças abandonadas, quando topou, em uma feira de livros de Belo Horizonte, com um exemplar de “Proteção ao menor: Leon Renault, um pioneiro”, de 1974, escrito por Delso Renaut. Ao contextualizar a participação de seu pai – que esteve à frente do Instituto “João Pinheiro” desde sua fundação, em 1909, até 1934 – na organização do sistema de proteção à criança e adolescente em Minas e no Brasil, Delso acabou sinalizando o caminho a seguir.

A partir daí, o autor passa a garimpar fontes que lhe acrescentassem mais dados a esse estudo, vasculha arquivos e bibliotecas, examina prontuários até que finalmente consegue encontrar personagens vivos da história que pretende narrar. Nesse sucinto relato sobre seu trabalho, Faria Filho deixa claro aos aspirantes à pesquisa que esse é um recorrente processo de buscar e rebuscar, de leituras e releituras. Algumas vezes as informações que se pretende aparecem prontas; em outras, passam despercebidas, como informações aparentemente insignificantes e que só depois acabam ganhando sua verdadeira dimensão. Em suas pesquisas no Arquivo Público Mineiro (APM), o autor se deparou várias vezes com textos sobre o Instituto João Pinheiro, mas não lhes havia dedicado nenhuma atenção em particular. Até que o livro de Delso lhe caiu às mãos.

Se a primeira das virtudes de “República, Trabalho e Educação” parece ter um endereço específico – mostrar caminhos aos que se propõem a enveredar pelos caminhos da pesquisa – a obra em seu todo tem uma abrangência bem mais geral.

Em sete capítulos, o autor procura destrinchar a história do Instituto e sua organização. E ao fazê-lo, acaba traçando um painel histórico que aborda temas como as matrizes ideológicas nas quais os republicanos mineiros foram buscar o modelo para implantar um serviço público de amparo à infância e os debates nacionais em torno da implantação de um sistema educacional conforme os ideais republicanos. E, nesse ponto, alguns podem até lamentar que Faria Filho tenha sido um tanto quanto superficial na abordagem sobre as polêmicas que norteiam os debates educacionais durante a Primeira República. Mas não é esse propriamente o objeto de sua obra.

Além do que, o recorte que faz é preciso o suficiente para confirmar que, apesar do federalismo, os políticos republicanos do início do século passado, fossem mineiros, paulistas ou baianos, estavam às voltas com problemas comuns. E um deles, sem dúvida, era o de como aplicar um princípio que, ao menos no discurso, igualava todos

eles: formar um novo cidadão, disciplinado para o trabalho, a partir de um sistema público de educação suficientemente estruturado e capacitado.

No primeiro capítulo, que tem como título *Instituto João Pinheiro: socorrer a infância, fechar as cadeias, construir a República*, o autor faz uma análise das razões que motivaram a criação do IJP e procura situar sua criação no bojo das discussões sobre a formação para o trabalho.

O leitor fica sabendo que o Instituto foi fundado durante o governo do Presidente de Minas Gerais, Bueno Brandão e que levou o nome de João Pinheiro por ter sido este um republicano mineiro dos mais combativos. É informado que Leon Renault esteve na comissão encarregada pela instalação do IJP. E, principalmente, conhece as várias razões apresentadas pelos defensores de uma ação filantrópica do Estado na criação de um serviço de proteção à infância:

A primeira das razões pelas quais os fundadores defendem a intervenção do estado na resolução do problema das crianças abandonadas, seja esta intervenção entendida como 'caridade oficial' ou dever mesmo do Estado enquanto instituição social, é que uma política para essa área poderia contribuir para a resolução de um dos grandes problemas da República, na perspectiva de alguns republicanos: a ausência de um cidadão republicano 'bem' formado (p. 17).

A repressão à vadiagem, visto que o abandono de crianças leva à marginalidade, e a necessidade de formar mão-de-obra, também foram causas apontadas. Esta última, observa o autor – que depois fundamenta amplamente suas conclusões –, traduzia um dos mais sérios problemas enfrentados pela economia mineira naquela época: a falta de braços para a lavoura. "Fazendo coro com diversos analistas, políticos e fazendeiros mineiros, os fundadores acreditavam na necessidade de preparar – tomando como base a criança – o futuro trabalhador nacional para o novo regime de trabalho que se procurava implantar: o trabalho assalariado" (p. 23).

No segundo capítulo, a atenção se volta para a clientela do Instituto e o autor parte de uma indagação para conduzi-la: seriam as crianças recolhidas ao IJP pobres ou abandonadas? Ambas as expressões podem ser utilizadas para definir os internos, uma vez que o regimento, datado de 1910, deixa claro que somente serão aceitos pela instituição os menores "abandonados material e moralmente", aí incluídos tanto os órfãos como os "deserdados da sorte", ou seja, aquelas crianças cujas famílias não tinham como proporcionar educação aos seus filhos. Dois limites, contudo, eram claramente impostos logo de início: idade e conduta. Não se aceitavam menores de oito anos ou maiores de 12 anos; nem crianças que tivessem antecedentes criminais, muito embora o estabelecimento adotasse padrões típicos das escolas correcionais.

A clientela real, na verdade, se define no jogo de forças e interesses que cercam a instituição, observação que aparece na conclusão do autor e que se mostra muito bem fundamentada ao longo do livro. Os internos se distribuía em pavilhões, que recebiam nomes de republicanos ilustres, e, como se fica sabendo no capítulo III – quando Faria Filho aborda a organização e a disciplina do Instituto João Pinheiro –, reproduziam em suas relações uma "República em miniatura". Nos trajes, nos hábitos, na moradia e até na alimentação, as crianças deveriam habituar-se à modéstia que encontrariam na vida real, quando fossem para a lavoura. E "para educar cívica, moral

e disciplinarmente os meninos, e proporcionar-lhes participação no próprio processo educativo” (p. 58), a vida cotidiana era regulada por uma República Federativa, em que cada quarto era um “município”, o diretor era auxiliado por três alunos eleitos “ministros”; havia comissões de polícia e justiça e um sistema de punições e recompensas para premiar os “bons” exemplos e punir os atos de insubordinação.

O quarto e o quinto capítulos, dedicados respectivamente às modalidades de trabalho praticadas pelo Instituto e à organização dos estudos, sintetizam a forma como os ideais republicanos se fizeram presentes naquela instituição. Em relação à sua organização geral, o trabalho dos alunos do Instituto estava dividido em quatro modalidades: Manual, Agrícola, Oficinas e Internos. Mesmo tendo suas especificidades, todas elas “estão diretamente direcionadas para a formação, nas crianças, de valores, hábitos, atitudes e de capacidades técnicas àqueles que deverão viver do próprio trabalho”, observa ele (p. 88).

Embora a ênfase fosse para o trabalho agrícola, devido às necessidades específicas da economia mineira, eram as oficinas que mais despertavam interesse entre os internos, uma vez que essa era a atividade que permitia obter melhores ganhos e os alunos eram remunerados de acordo com o que produziam. A produtividade era, inclusive, um dos indicadores do bom comportamento na instituição, que também se beneficiava da produção das crianças para custear sua manutenção.

Com relação aos estudos, Faria Filho relata que, ao lado de atividades que “tinham como finalidades precípuas a formação cívica, moral e profissional dos educandos”, organiza-se um curso primário, composto por oito períodos com duração de um ano casa, “cujo objetivo era propiciar aos alunos o ensino da leitura, da escrita, do cálculo e os ensinamentos teóricos básicos para o trabalho na agricultura” (p. 107). Mais adiante, no capítulo sétimo, quando trata do destino dos egressos, o autor mostrará que menos de 70% dos internos concluíram o primário.

É no capítulo seis que o autor traz à tona informações que possibilitam entender melhor o que acontece no interior das instituições atuais, ainda que o Instituto João Pinheiro não tenha sido concebido com o mesmo propósito de entidades como a Febem, por exemplo.

Sob o título *Fontes inspiradoras: escola nova ou escola-prisão*, Faria Filho apresenta experiências e teorias que alimentaram a concepção de estabelecimento escolar que tinham os fundadores do Instituto. Ao se aprofundar naqueles modelos, acaba dando pistas que podem levar à compreensão das idéias que ainda hoje permeiam nas instituições mantidas pelo Estado para tratar de uma clientela que exhibe perfil social semelhante ao observado nos miseráveis mineiros do início do século passado.

São três as fontes inspiradoras encontradas por Faria Filho na documentação deixada pelos fundadores, além das idéias atribuídas ao patrono da instituição. A primeira delas foi o criminalista italiano Enrico Ferri, expoente positivista do Direito Penal, para quem o crime deveria ser visto como uma doença social, que pode ser estudada e tratada, e que a delinqüência é passível de ser controlada, não com penas mas com “a prevenção diária”. “Possivelmente advenha daí a idéia – sempre repetida – de construir o Instituto, um lugar onde a criança seria **internada** para receber tratamento **educativo**”, como observa o autor do livro.

A Colônia Agrícola de Mettray, na França, é a segunda fonte identificada pelo autor. Destinada à crianças e adolescentes, foi criada com o propósito de acolher “viciados” e “pervertidos” e sobre ela escreveu Michael Foucault, uma das referências bibliográficas de Faria Filho:

Tivesse eu que fixar a data em que se completa a formação do sistema carcerário, não escolheria 1810 e o Código Penal, nem mesmo 1844, com a lei que estabelecia o princípio do internamento celular; talvez não escolhesse 1838, quando foram publicados os livros de Charles Lucas, Moreau Christophe e Faucher sobre abertura e reforma das prisões. Mas 22 de janeiro de 1840, data da abertura oficial de Mettray... (p. 125).

A École des Roches, fundada em 1899, é a terceira referência do Instituto João Pinheiro. Ao contrário das duas primeiras, ela significou a introdução da doutrina da Escola Nova na França e foi marcada por aparentes avanços para a época. “Esta experiência forneceu elementos significativos para a organização do Instituto João Pinheiro. A organização em ‘famílias’, a participação dos educandos na vida escolar, a intenção de não impor castigos corporais às crianças, o ‘jornal-escolar’, a localização no campo, para citar alguns exemplos, podem comprova-lo”, argumenta Faria Filho (p. 131). Não obstante, observa, “não há nenhuma influência da Ecole des Roches sobre o Instituto no que se refere ao programa de formação intelectual e, muito menos, profissional dos meninos”. Ademais, entre a doutrina de Ferri e a experiência de Mettray e os ideais e a prática da École des Roches as diferenças são mais aparentes do que reais, pois “o núcleo central de ambas as formações teóricas e experiências repousa numa mesma concepção de sociedade industrial (...) como uma realidade nefasta, da qual as novas gerações deveriam ser subtraídas para serem educadas”. Se na primeira o controle e a repressão estão explícitos, na segunda aparecem implícitos.

Como a experiência mineira chegou a ser adotada como referência no país, tanto por seu pioneirismo como por sua filosofia, é de supor que a intervenção do Estado na adoção de políticas de amparo aos menores órfãos e abandonados tenha tido no Instituto João Pinheiro uma matriz teórica e prática. E que muitos daqueles princípios ainda estejam sendo invocados, ainda que a ação do Estado nesse campo hoje em dia fique mais restrita aos “menor infrator” e as motivações sejam outras. Pois mesmo professando ideais altruístas, o IJP não esteve livre de fugas – o terceiro principal motivo para exclusão dos alunos – nem de rebeliões ou castigos, como o autor mostra no capítulo sete. E como estamos cansados de ver hoje em dia.

Mesmo assim, muitos dos egressos que Faria Filho conseguiu entrevistar demonstram reconhecimento pelo Instituto e enaltecem o papel por ele exercido em sua formação. É nesse ponto que um estudo mais detalhado sobre as origens de instituições como a Febem começa a fazer sentido. Pois se experiências como a do Instituto João Pinheiro podem estar na raiz das atuais políticas de Estado para a chamada “criança de rua”, muita coisa vem dando errado desde então. A burguesia da nascente República não conseguiu moldar uma classe trabalhadora conforme seus interesses. E se naquela época os egressos de institutos de “tratamento e prevenção” de uma “doença” chamada miséria ainda conseguiam ser militares, funcionários públicos e comerciários – como mostra Faria Filho à página 151 – hoje em dia os egressos de instituições com o mesmo espírito vão ser ladrões, assaltantes e traficantes.

